



MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Pela manutenção e melhoria das condições de acesso à saúde, por uma região com futuro

Reuniram-se em Serpa, no dia 19 de Dezembro, representantes do Poder Local, do Movimento Sindical, do Movimento dos Reformados e de Comissões de Utentes do Serviço Nacional de Saúde, para analisar em conjunto a situação da saúde no distrito e apontar medidas a tomar para que a população continue a ter o direito à saúde que a Constituição consagra – um Serviço Nacional de Saúde universal e tendencialmente gratuito.

Se a nível nacional a situação é dramática, o distrito de Beja ainda está mais prejudicado, porque nunca existiram medidas promotoras do desenvolvimento regional, situação que provocou uma conjuntura desfavorável de que o êxodo populacional, o envelhecimento da população, o desemprego, as carências económicas e sociais são a face mais visível.

Em simultâneo, a prestação de serviços de saúde no distrito tem vindo a piorar, com dificuldades cada vez maiores no acesso aos serviços de saúde e a tomada de medidas irão levar ao afastamento da população dos centros de saúde e hospitais por não conseguirem suportar os custos. Ficam aumentadas as dificuldades de acesso aos cuidados de saúde, com maiores custos para as famílias e resultados dramáticos para a população que vive dos seus salários, reformas e pensões.

Com efeito, na área da saúde as medidas estão a tomar proporções assustadoras: reduziram-se os horários de Centros de Saúde e fecharam já extensões de saúde; foram retirados serviços fundamentais no Hospital de Serpa e aponta-se para a sua privatização ou encerramento; fala-se também no encerramento da maternidade do Hospital de Beja por não nascerem crianças em número suficiente; limitou-se drasticamente o transporte de doentes não urgente, os bombeiros foram obrigados a reduzir o seu efectivo pondo também em perigo o cumprimento do serviço de urgência; não foram concretizados, como estava previsto, os Serviços de Urgência Básica (SUB); e há indicações de que existem 34 extensões de centros de saúde em risco de encerrar só no distrito de Beja. São serviços públicos essenciais básicos, cuja qualidade está a ser degradada, situação que vai tornar ainda mais difíceis as condições de vida para as populações.

Não bastasse isso, e como se as taxas moderadoras servissem para financiar os serviços de saúde, há o aumento das taxas moderadoras para o dobro – ou nalguns casos para mais – nas consultas dos centros de saúde e nos hospitais, o que vai retirar a muitos utentes o acesso à saúde. De igual forma e entre outras medidas danosas, alguns medicamentos e meios terapêuticos vão deixar de ser comparticipados pelo SNS.

Neste contexto, é necessário que seja adotada uma estratégia que privilegie a criação de novas valências nos hospitais da região, a conclusão da instalação dos serviços de urgência e da rede de emergência médica, bem como a melhoria dos serviços de saúde em todos os concelhos, no quadro do Serviço Nacional de Saúde, universal, geral e gratuito.

Enquanto cidadãos portugueses, enquanto representantes das populações e enquanto potenciais utentes, exigimos que o SNS cumpra o seu desígnio, com garantias de melhor qualidade e acesso mais rápido, por isso lutamos contra o encerramento de serviços públicos na saúde e manifestamos a nossa recusa frontal às medidas que contribuam para limitar e extinguir serviços públicos fundamentais e que sejam contrárias ao desenvolvimento e condições de vida dos portugueses.

Manifestamos o nosso total repúdio a estas políticas que prejudicam claramente a população do distrito de Beja e vamos organizar várias acções em defesa dos serviços de saúde, tendo ficado marcada uma acção de protesto para dia 14 de Janeiro às 15 horas, em Beja, na qual convidamos a população do distrito a participar, mostrando assim a sua indignação face a esta política de saúde.

A Assembleia Municipal de Vidigueira reunida em 22 de Dezembro de 2011 delibera;

- Manifestar total apoio e solidariedade às deliberações.

Vidigueira 22 de Dezembro de 2011

Aprovada, por unanimidade, em Sessão Ordinária realizada no dia 22 de Dezembro de 2011.

O Presidente da Assembleia Municipal

josé mântio rosa soeiro